

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/2021

Altera o artigo 110 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itaúna.

Faço saber que a Câmara Municipal de Itaúna aprovou e eu, Alexandre Magno Martoni Debique Campos, Presidente, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

**Art. 1º.** O artigo 110 da Resolução nº 06/2018, 21 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

*...“**Art. 110** - O interstício entre primeiro e segundo turnos de discussão e votação não poderá ser dispensado mesmo que por deliberação do Plenário, mediante proposta do Presidente ou a requerimento de Vereador.”...*

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19 de março de 2020.

**Kaio Augusto H. A. Guimarães**  
*Vereador*

## JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos Senhores **Vereadores** e Senhoras **Vereadoras** da Câmara Municipal de Itaúna,

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo facilitar sanar patente inconstitucionalidade o artigo 110 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Estabelece o art. 29, *caput* da Constituição Federal de 1988 que o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, **com o interstício mínimo de dez dias**, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os **princípios estabelecidos nesta Constituição**, na Constituição do respectivo Estado.

Nesse sentido, resta claro que o artigo 110 do Regimento Interno prevê norma incompatível com o Texto Constitucional. Ademais, a redação atual da Resolução 06/2018 não observa o **princípio da simetria** que estabelece normas de reprodução obrigatória através de limites implícitos do poder de reforma.

Em outras palavras, o princípio da simetria determina a **obrigatoriedade de uma relação simétrica entre as normas jurídicas da Constituição Federal e as regras estabelecidas nas Constituições Estaduais e Municipais.**

Num sistema Federativo, ainda que os Estados-Membros e os Municípios tenham capacidade de auto-organização, os mesmos estão sujeitos aos limites estabelecidos pela própria Constituição Federal. Assim, por este princípio, os Estados-Membros se organizam obedecendo o mesmo modelo constitucional adotado pela União.

Ante o exposto, conto com o apoio dos nobres colegas desta Câmara de Vereadores

Itaúna, 19 de março de 2021.

**Kaio Augusto H. A. Guimarães**  
*Vereador*